

Relatório de obras fiscalizadas pelo TCU em 2008: Perguntas e respostas

O relatório em números:

Total de obras fiscalizadas: 153

Obras com irregularidades graves com paralisação recomendada: 48

Obras com recomendação e /ou retenção cautelar de pagamentos: 12

Obras com irregularidades não paralisadoras: 78

Obras sem ressalvas: 15

Benefícios potenciais: R\$ 3 bilhões.

Volume de recursos fiscalizados: R\$ 26 bilhões

PAC: obras com indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação: 13

O que o TCU fiscaliza em uma obra?

Além da execução das obras, o TCU também fiscaliza os respectivos projetos básicos e executivos, as licitações, os contratos, as licenças ambientais e outros aspectos que podem afetar a legalidade do empreendimento.

Por que o TCU fiscaliza obras?

Para verificar se os recursos federais destinados a obras públicas estão sendo aplicados em benefício da sociedade e encaminhar informações ao Congresso Nacional para subsidiar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) determina que o TCU encaminhe informações sobre as obras fiscalizadas ao Congresso até 30 de setembro.

As leis de diretrizes orçamentárias e as leis orçamentárias anuais contêm, desde 1997, dispositivos voltados a estabelecer um acompanhamento mais efetivo dos gastos com obras públicas, mediante ação conjunta entre o Congresso Nacional e o TCU. Quando o TCU encaminha as informações sobre a situação das obras fiscalizadas, o Congresso pode decidir pelo bloqueio de recursos e paralisação para aquelas com indício de irregularidade grave.

A paralisação das obras prejudica a sociedade?

Não. Ao contrário. Se não houver paralisações para correção de irregularidades, as obras não terão conclusão satisfatória, com prejuízo para a sociedade que, além de correr o risco de receber empreendimento com baixo nível de qualidade, poderá arcar com preço superior ao razoável.

A determinação de paralisação de qualquer obra visa exatamente garantir que o contrato firmado seja ajustado sob os aspectos técnicos e econômicos e que o empreendimento seja realizado de forma correta.

O que é indício de irregularidade grave?

É o fato indicativo de que o empreendimento pode causar prejuízo aos cofres públicos ou a terceiros; nulidade do procedimento licitatório ou do contrato; ou quando se detecta graves desvios aos princípios a que está submetida à administração pública, como o da moralidade.

Como o TCU age quando detecta obras com indícios de irregularidades graves?

Comunica o fato ao Congresso Nacional com a recomendação de que os recursos sejam bloqueados. A possibilidade de bloqueio de recursos para obras em situação de irregularidade grave, que recomenda sua paralisação, é prevista pela LDO.

Quem bloqueia as verbas para obras com indícios de irregularidades graves?

É o Congresso Nacional. Com base nas informações do TCU, os congressistas avaliam a conveniência do bloqueio de recursos orçamentários e inserem na LOA quadro específico que relaciona os empreendimentos que não devem receber recursos federais.

Assim, o bloqueio de verbas para obras com indícios de irregularidade grave é determinado pela LOA por intermédio do Anexo de Obras com Irregularidades Graves.

Quando os contratos bloqueados podem ser liberados para receber recursos?

Uma vez adotadas as medidas corretivas determinadas, o TCU, mediante acórdão, informa que o empreendimento pode voltar a receber recursos. O Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, pode autorizar a liberação de recursos.

Quanto tempo leva para uma obra ser liberada?

A obra pode ser liberada quando as correções necessárias são feitas. Existem alguns gestores que, em vez de adotar as medidas corretivas de forma tempestiva, procuram protelar a conclusão dos processos por meio de recursos.

Além disso, é importante lembrar que o bloqueio recai, geralmente, sobre contratos e não sobre empreendimentos. Por vezes, são constatados novos indícios de irregularidade em outros contratos envolvendo o mesmo empreendimento.

Quais os benefícios do trabalho do TCU para a sociedade?

O montante de potenciais benefícios alcançado pelos trabalhos em obras no exercício de 2008 aproxima-se de R\$ 3 bilhões. Além desses, existem outros benefícios de difícil quantificação.

Alguns dos benefícios potenciais referem-se às seguintes obras:

Obra	UF	Benefício Potencial (R\$ milhões)
(PAC) Ferrovia Norte-Sul	TO	500,0
(PAC) Usina Termonuclear de Angra III - RJ	RJ	469,3
(PAC) Implantação do Gasoduto Coari - Manaus (AM) de 420 km	AM	392,4
(PAC) Rodoanel Trecho Sul	SP	326,0
Construção do Eixo de Integração da Barragem do Castanhão ao Açude Gavião	CE	161,7
(PAC) BR-230/PA Construção Marabá - Altamira - Itaituba / Anel Viário de Itaituba	PA	94,0
(PAC) Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte / BR-163/PA- Divisa MTPA- Santarém	PA	93,0
(PAC) Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica - Construção da Adutora Pirapama	AM	90,6
Construção da Refinaria Abreu e Lima em Recife (PE)	PE	81,6
Demais (29 fiscalizações)		618,5
Total		2.827,1

Toda a obra paralisada já foi iniciada?

Não. Como o TCU procura atuar preventivamente, muitas vezes identifica irregularidades ainda nos projetos e na licitação para contratar a empresa executora, antes de a obra ser iniciada.

Quais são as principais irregularidades graves detectadas pelo TCU?

Processo licitatório ilegal, sobrepreço, superfaturamento, problemas ambientais, alteração indevida de projetos.

Quais são os órgãos que têm maior número de contratos com problemas?

Unidade Orçamentária	Qt. Fisc.	Total Fisc. IG com rec. de paralisação
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária	9	4
Ministério da Integração Nacional	17	8
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	58	20
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	5	2
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	4	1
Petróleo Brasileiro S.A.	13	1
Furnas Centrais Elétricas S.A.	4	
Demais	43	12
Total	153	48

Obs.: Consideradas apenas os órgãos e entidades com mais de 3 fiscalizações. Ordenado por % de fiscalizações com indícios de irregularidades graves com proposta de paralisação.